



O “jornalismo e o esgo tamento do outro lado” Rashomon”

Por **Leão Pinto Serva**

Sob o grande Portão de Rashomon, na periferia de Quioto, então capital do Japão, algumas pessoas se protegem de uma forte chuva enquanto ouvem relatos sobre o estranho assassinato de um homem. A degradação do que um dia foi a principal entrada da cidade é a perfeita representação do estado do reino no Japão medieval. Ali se desenha a história de “Rashomon”, filme do diretor japonês Akira Kurosawa (1910-1998).

O primeiro a comentar o crime é o Sacerdote que diz jamais ter visto um caso tão terrível quanto aquele. Seu comentário é endossado pelo Lenhador: “Horrrível, foi horrrível!”. Eles narram a tragédia a um homem comum, que nada sabe do ocorrido. O espectador fica sabendo, então: um casal de viajantes foi atacado por um bandido que estuprou a mulher; o marido foi morto; mulher e bandido sumiram, mas foram localizados pela polícia e levados a depor com outras testemunhas.

A história é contada por diferentes relatos de pessoas envolvidas, diretamente ou não, no episódio. São sete versões narradas sucessivamente, começando por:

O **Lenhador** que foi ao bosque trabalhar e encontrou um chapéu feminino, pedaços de roupa e o corpo de um homem; correu para chamar a polícia;

O **Sacerdote** conta ter visto o casal viajante passar, pouco antes do ocorrido;

O **Policial** descreve como localizou o Bandido;

O **Bandido** confirma como se deu a captura e narra o crime: ele estava no bosque quando viu o casal e, encantado com a beleza da esposa, decide possuí-la; segue os dois, rende o Marido e violenta a Mulher. Ela disse então que ele precisava dar ao esposo a chance de lutar por sua honra; no duelo, ele acabou por matar o Marido;

A **Mulher** conta à polícia que, após ser violentada e o Bandido fugir, o Marido passou a agredi-la por não ter resistido ao estupro. Enlouquecida, ela mata o Marido e foge, até ser encontrada pela polícia;

O espírito do **Marido**, morto, depõe no inquérito pela voz de um médium: narra que depois do estupro, o Bandido seduziu a Mulher e a convenceu a ir embora com ele; ela pediu que, antes, ele matasse seu esposo. O Bandido, irritado com a exigência, foi embora. Ao encontrar a adaga da Mulher, o Marido, deprimido, se matou;

O **Lenhador** é chamado a depor novamente e corrigir sua primeira versão. Ele então diz que, ao chegar ao bosque, viu o Bandido aos pés da Mulher pedindo para que ela ficasse com ele; ela diz que não pode tomar tal decisão, que

ele e o Marido deveriam disputar. Na luta que se seguiu, o Marido foi morto, a Mulher fugiu e o Bandido se foi.

O espectador chega ao fim da sessão com sete narrativas sobre um mesmo ocorrido, todas divergentes. Não há consenso, nenhuma síntese possível, nem uma estatística que aponte a predominância de uma versão sobre outra. Tampouco se pode atribuir mais credibilidade às testemunhas oculares ou aos depoimentos de segunda mão: todos são divergentes.

O filme preserva com fidelidade o conto em que se baseou, em que o autor Ryunosuke Akutagawa afirma sua visão de que “toda verdade é relativa, com o corolário de que não existe nenhuma verdade”, como resume Donald Richie na apresentação de seu livro¹, que reúne os textos de Akutagawa e o roteiro de Kurosawa, além de uma seleção de ensaios críticos sobre o filme.

“Rashomon” fez grande sucesso desde sua estreia, embora as plateias até hoje repitam as dúvidas dos produtores japoneses que recusaram financiamento ao diretor: “Do que trata o filme?” “Quem matou o homem?” Sua influência sobre o cinema e a cultura da segunda metade do século XX foi tal que a psicologia adotou o nome “Efeito Rashomon” para descrever como pessoas diferentes narram de formas diversas um mesmo episódio. Ao ser acessada, a memória não distingue fatos objetivos de interpretações pessoais. O “Efeito Rashomon” influenciou também a administração de empresas, onde a expressão é usada para explicar por que dois executivos não têm nunca o mesmo diagnóstico sobre a situação da companhia.

Chamo de “Jornalismo Rashomon” ao que propõe certa tendência crítica ao jornalismo contemporâneo que ataca veículos por terem opinião sobre fatos que narram, por não terem suficiente imparcialidade, não descreverem apenas as versões dos envolvidos, mas tomar partido entre os interesses em conflito, em vez de deixar simplesmente que o leitor tire suas conclusões. A base dessa ideia é a de que os jornais devem ser imparciais, que sua missão é informar em vez de afirmar e opinar. Como se verá mais adiante, a imagem do jornal imparcial é uma criação datada e localizada dentro da trajetória da imprensa em todo o planeta: de cerca de 500 anos de história do jornalismo, tem pouco menos de um terço disso o jornal de interesse geral, em vez de segmentado;

¹ Kurosawa, Akira, and Donald Richie. *Rashomon*: Akira Kurosawa, Director. Rutgers University Press, 1987.

informativo mais que opinativo; imparcial, mais do que militante. Trata-se de um modelo nascido nos Estados Unidos em torno da década de 1830, que se tornou dominante naquele país, primeiro, graças ao sucesso econômico das empresas que o adotaram. Mas embora tenha influenciado fortemente os jornais brasileiros, trata-se de um entre muitos modelos possíveis.

Quem defende o “Jornalismo Rashomon” propõe que diante de um fato disputado, o papel do jornal seja publicar “os dois lados” ou os muitos lados interessados e produzir uma edição que os iguale. Uma edição, como o filme de Kurosawa, deixará no consumidor as mesmas perguntas feitas pelos produtores japoneses ao analisar o projeto, que são dúvidas básicas como: “Do que se trata?”, “Quem é o culpado?”.

Em meados dos anos 1980, o jornalista Claudio Abramo ministrou um curso especial na Escola de Comunicação e Artes da USP. Foi uma justa homenagem a um dos mais brilhantes editores da história recente do País que, por ser autodidata e não ter educação formal, não tinha até então ensinado em cursos universitários. Abramo liderou o processo de crescimento do Estadão (do início dos anos 1950 ao início dos 1960) e depois da Folha de S.Paulo (de meados dos anos 1960 à segunda metade dos anos 1970) e foi responsável pelo desenvolvimento profissional de várias gerações de jornalistas.

Na primeira de suas aulas, entre outras reflexões, sempre marcadas por um estilo provocativo e polemista, ele criticou o jornalismo de então, que ele considerava excessivamente opinativo e autocentrado. Depois de descrever a beleza fílmica da obra de Kurosawa, Abramo associou seu enredo a um modelo ético de jornalismo oposto àquele que atacava: dizia que o jornalismo não deveria se dedicar a afirmar uma opinião ou versão sobre os fatos que noticia, mas, como no filme de Kurosawa, revelar ao leitor a diversidade de pontos de vista e compreensões do fato. Diante dessas versões discrepantes, o leitor realizaria uma síntese e escolheria a sua versão, ou nenhuma.

A proposta de Abramo consistia em um avanço ético e, também, trazia potencial de benefício econômico, uma vez que as opções políticas de um segmento de opinião agradavam a um grupo de leitores, mas provocavam repugnância em outros compradores potenciais, que discordavam. Um jornal pluralista teria potencial de atingir a todos os leitores por não agredir os brios de nenhum deles.

No processo de estabelecimento da “Folha” como um jornal influente,

Abramo conduziu a reforma gráfica e editorial no jornal, concebida com o publisher Octavio Frias de Oliveira, buscando ocupar os espaços abertos pela lenta abertura política no regime militar. Surgiu então a página “Tendências/ Debates”, em agosto de 1976, que abriu as colunas do jornal para representantes de diferentes correntes de opinião, muitos dos quais haviam ficado no exílio ou no ostracismo durante anos de Ditadura Militar. A página rapidamente se tornou uma espécie de quintessência da proposta do jornal. Até hoje, é um dos principais elementos da fórmula editorial da “Folha”, tendo sofrido apenas ligeiras alterações gráficas em 40 anos.

“Tendências/Debates” era uma das manifestações de sua convicção de que, na democracia liberal, as diversas versões de fatos ou interpretações da realidade deveriam se confrontar diante dos olhos do leitor, para que ele tirasse suas conclusões. Um “Jornalismo Rashomon”. Poucos anos depois, na virada dos anos 1970 para os 80, em várias manifestações sobre o que deveria ser a política editorial do jornal nos anos de transição para a democracia, o então secretário do Conselho Editorial, Otavio Frias Filho (que, desde 1984, acumula essa função com a de diretor de Redação) reafirmou e aprofundou o modelo pluralista estabelecido nos anos 1970. Em 1981, até se apropriou de uma crítica que era feita ao jornal, chamado pejorativamente de “balaio de gatos”, para afirmá-la como um princípio de abertura à pluralidade (“Quanto mais balaio de gatos, melhor”), em que gatos de todas as cores podem se digladiar sem que o continente tenha necessariamente que optar por um.

Essa tendência de consagrar o debate de ideias, compreendido também como uma imposição da ética jornalística, fez com que a “Folha” adotasse, já na primeira edição de seu Manual da Redação, de 1984, a regra pétrea de que todas as reportagens com acusações ou críticas a alguma pessoa ou instituição deveriam conter necessariamente a defesa do atacado. Essa prática foi logo apelidada como “outro lado” e caiu em domínio público. Fontes e leitores frequentemente usam a expressão ao cobrar a falta do contraditório em reportagens da “Folha” e dos concorrentes.

Apesar desses esforços de multiplicar as vozes dentro de suas edições, ao longo dos últimos anos, o jornal, como outros de todo o mundo, com ligeiras diferenças de tom e agressividade em cada país, tem sido confrontado por setores da opinião pública, acusado de ser “partido político”, “engajado”, “oposição sistemática” etc. Atacar a imprensa pelo que afirmam ser seu partidarismo, linha

editorial politicamente engajada, passou a ser uma espécie de parte integrante da liturgia do exercício do poder em todo o planeta e não é diferente com os jornais brasileiros que professam o pluralismo. Nada reduz o vigor das críticas ao “conservadorismo” da imprensa (segundo governantes de esquerda) ou seu “esquerdismo” (segundo os poderosos de direita). Trata-se de uma espécie de **zeitgeist**, um espírito do tempo, independentemente da cor política dos agentes de cada lugar, que em todos os cantos do planeta cria ambiente de insegurança para o exercício da liberdade de imprensa.

Essa visão comum de leitores, de grande parte da sociedade civil e de políticos, segundo a qual a cobertura dos jornais tem uma finalidade política, partidária, revela o esgotamento de um modelo que busca a pluralidade e o distanciamento, mas não consegue convencer o leitor de que eles se realizam. Mesmo jornais que praticam um “Jornalismo Rashomon” são acusados de partidarismo por leitores, talvez mais pelos que se sentem afetados por uma cobertura crítica ao exercício do poder por sua tendência política. Uma pesquisa sobre hábitos de leituras dos manifestantes pró e contra o então governo federal (Dilma), publicada pela edição digital do jornal “El País”² para o Brasil, mostra que apesar de muitos colunistas da “Folha” serem referência para apoiadores do governo (identificados como tal por participarem do protesto contra o impeachment), o jornal era apontado como leitura por um número irrisório deles. Ou seja, mesmo consumindo suas páginas ou colunas, os militantes governistas não identificavam seus colunistas prediletos com a marca do jornal.

Desde o surgimento, no século XVI, até o início do século XIX, o jornalismo foi marcado pela idiossincrasia: público segmentado (por localização ou interesse econômico ou político); baixa circulação; indistinção entre Redação e público. O jornal defendia ideias de públicos específicos dentro da sociedade em que circulava. Nos dois primeiros séculos, o crescimento como meio leva a uma multiplicação de veículos (não tanto do tamanho da circulação de cada um deles) até o final do século XVIII. Vamos encontrar a Revolução Francesa nas páginas dos jornais, de cada grupo de interesse, todos assertivos como cartas de líderes para seus associados ou simpatizantes. As circulações são baixas, limitadas pela impressão em prelos que geravam uma página de cada

vez, em demorados processos de produção. Os jornais pagam seus custos com a venda dos exemplares, com preços caros, que mantinham a demanda baixa. É um tempo de jornalismo opinativo e interpretativo³.

Foi nos anos 1830 que alguns jornais norte-americanos inovaram e introduziram um outro modelo econômico, possível a partir das impressoras a vapor, mais rápidas, que permitiam a multiplicação dos exemplares e a redução de seu custo unitário. Com preços de venda mais baixos, os jornais atraem mais leitores, tantos que passam a ser um bom atrativo para anunciantes atingirem um grande contingente de público potencial. A empresa jornalística passa a pagar a maior parte de seus custos com a receita de anúncios; pode com isso reduzir o preço de capa. Com potencial de imprimir jornais suficientes para todo o público leitor de uma região, independentemente de sua filiação política ou origem social, os jornais passam a perseguir o “pluralismo”, a imparcialidade: evitam repugnar um leitor potencial por sua preferência partidária. Reduz-se a opinião e afirma-se o jornalismo de gênero informativo e utilitário.

Embora o jornalismo pluralista fosse uma alavanca para o desenvolvimento da indústria no início do século XIX, nem por isso as transformações foram aceitas sem oposição na sociedade. Em ensaio sobre o romance “As ilusões perdidas” de Honoré de Balzac, José Miguel Wisnik⁴ lembra a situação em que o protagonista Lucien de Rubempré vai redigir sucessivamente três resenhas sobre o mesmo livro: ora demolir, sob um pseudônimo; ora elogiar, sob outro nome; e por fim defini-lo como o melhor de todos de sua época, em texto com sua própria assinatura. Ao final, seu editor lhe diz: “Terás ganho quatrocentos francos nesta semana, além do prazer de haver escrito a verdade nalgum lugar. As pessoas sensatas darão razão a C., a L., a Rubempré ou aos três”. Essa cena poderia perfeitamente ocorrer em um jornal contemporâneo e merecer elogios por seu equilíbrio. O “Jornalismo Rashomon” de hoje, elogiável pela polifonia, parecia a perfeita definição de dissimulação e falta de ética editorial a um contemporâneo de Balzac.

Já no século 21, o jornalismo busca encontrar um modelo econômico que remunere a atividade em um tempo da explosão do consumo de informação

³ Sobre o assunto: “Gêneros Jornalísticos no Brasil”, de José Marques de Mello e Francisco de Assis. Ed. Metodista, 2010.

⁴ José Miguel Wisnik, “Ilusões Perdidas”, in *Ética*, Companhia das Letras, 1997.

² <http://gpopai.usp.br/polarizacao.pdf>

jornalística por diversos novos meios, mas de radical perda de valor (ou comoditização) da notícia, exatamente pela universalização de sua presença.

Nesse contexto em que crescem a audiência e a influência das redes sociais, grupos de forte atuação nessas novas mídias são dos mais críticos ao jornalismo de opinião, ou, como acusam, “partidarizado”. Talvez exatamente o façam porque um jornal sem personalidade deixa às redes sociais o papel de influenciar, de afirmar, de opinar. Ao tentar impor um “Jornalismo Rashomon” aos veículos de mídia, os grupos de pressão buscam assegurar uma influência maior sobre seus seguidores, sem serem ameaçados por um jornal que, além de informar, afirme opiniões.

Cabe entender a dinâmica desses novos serviços digitais levados pela Internet. Embora sejam massivos como plataformas (em poucos anos, a “população” do Facebook chegará próxima à do planeta), são segmentados e reduzidos como veículos: a página de cada pessoa atinge apenas seu círculo pessoal, a média de cada perfil é de cerca de 200 “amigos”, bem coerente com as relações sociais de uma pessoa em sua vida real. Mesmo as páginas oficiais de grandes veículos de comunicação ainda mantêm penetrações reais coerentes com as de suas marcas nos meios anteriores. Embora os números de “curtidas” em perfis do Facebook pareçam frequentemente astronômicos, é preciso considerar que “curtir” não implica um relacionamento regular, como a audiência efetiva de uma página de web ou a circulação paga de um jornal (em papel ou Internet). A rede social só permite um relacionamento de fato da página com uma ínfima fração desses seus seguidores. O The New York Times tem 15 milhões de curtidas em seu perfil oficial no Facebook, mas cada post seu é enviado automaticamente apenas a uma pequena porção desses; e essa publicação será lida de fato por não mais que 1% daqueles que vão recebê-la em sua timeline. Os 15 milhões de simpatizantes se convertem em leitura de poucos milhares.

Outro comportamento característico dos usuários das redes sociais é fundamental para o entendimento dos ataques de grupos de pressão a veículos tradicionais, na disputa pela influência sobre a opinião pública. Como mostram as pesquisas, cerca de 2/3 do que se discute nas redes sociais sobre os temas de interesse público são textos publicados na imprensa tradicional, compartilhados por pessoas ou perfis com uma breve introdução opinativa ou interpretativa. Qualquer frequentador de Facebook ou Twitter sabe o que é isso, aquele post de um amigo que diz: “Veja que absurdo o que escreveu

o jornal”, e segue o link. O índice de leitura efetivo da mensagem publicada é maior para a interpretação contida na introdução do que para o conteúdo anexado. O “santo” domina o “cavalo” e guia seu destino.

O “Jornalismo Rashomon”, se estiver certo o diagnóstico, esvai a capacidade de influenciar a sociedade, deixando esse papel à rede social de cada grupo. O que resulta na morte dos jornais como representantes do espaço público, que as redes sociais, por sua essência, não vão ocupar.

A representação do espaço público, nas sociedades antigas, era a praça, onde se realizavam os debates políticos. Com o surgimento das metrópoles a partir do Renascimento, os jornais ocupam um papel como representação desse espaço público: equipes de muitas cabeças filtram o barulho das ruas e elegem um ou uns agentes (articulistas ou artigos) que sintetizam o debate.

Já as redes sociais são a expressão digital da opinião de milhões de individualidades. Se o jornal é uma representação da ágora grega no momento de uma assembleia, a rede social representa o barulho das feiras livres na hora da xepa: todos gritam a expressão de sua individualidade. A timeline de uma pessoa é a representação da sala de sua casa, que pode estar mais cheia, como em uma festa, ou mais vazia como em um jantar íntimo, dependendo do gosto e da popularidade da pessoa. As conversas ali não são as do interesse público, pertencem ao âmbito privado. O assunto público frequenta a página de um perfil apenas episodicamente.

Munidas de programações (algoritmos) para análise dos comportamentos individuais e seleção dos conteúdos mais “desejados”, as redes sociais tendem a criar grupos homogêneos: como eu “curto” páginas de política, o algoritmo percebe que gosto de política e passa a me mandar posts dessa natureza com mais frequência do que outros sobre, por exemplo, jardinagem ou gastronomia. Mais ainda, ele percebe, por palavras que detecta em minhas leituras, a opinião predominante nas páginas de política que leio e, então, privilegia em minha timeline páginas com opinião semelhante às que gosto. Fazendo isso, as redes sociais tendem a reforçar comportamentos. O resultado desse processo algorítmico é a criação de “torcidas uniformizadas”, grupos de opinião homogêneos, em que o dissenso é um erro de programação.

A essência do jornalismo é o contrário: apresentar a diferença, pôr em contato os antagonismos, ao noticiá-los, e estabelecer consensos ou predominâncias entre eles, seja por elogios a uns e críticas a outros, seja pelo apontamento

de sínteses (como o terceiro texto de Lucien de Rubempré). O jornalismo é, afinal, um modelo microcômico da esfera pública, da assembleia da cidadania.

A ideologia do jornalismo neutro, imparcial, cuja função é expor as forças que se entrecrocaram, sem afirmar a predominância de uma sobre a outra, sem ofender nenhum dos agentes sociais, informando de forma neutra a totalidade da pólis, dos públicos, é expressão de uma fórmula editorial datada, que morre junto com o jornal-de-massas.

Essa ideologia, que chamo de “Jornalismo Rashomon”, pode servir de suporte para os posts que os grupos uniformes compartilham nas redes sociais. Mas não estabelece sínteses e nem predominâncias de qualquer natureza. Como representação do espaço público, não realiza o entendimento entre os diferentes, não compõe maiorias: é como um estádio de futebol em que as torcidas ficam apartadas, sem contato. Ao final, a sociedade se perguntará sobre aquela discussão pública: “Do que se trata?”, “Quem é o culpado?”, “Quem venceu?”...

Leão Pinto Serva, é jornalista com passagens por diversas publicações. Graduado em Jornalismo e mestre em Comunicação e Semiótica pela PUC/SP, é professor de Ética Jornalística e Jornalismo Opinativo em cursos de graduação e pós-graduação da ESPM/SP. Autor de vários livros sobre jornalismo e história do jornalismo, como Um Tipógrafo na Colônia e A Desintegração dos Jornais, entre outros. É colunista da Folha de S.Paulo.



Foto: Divulgação